SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA QUESTÃO DE LAÇO

Silvia Jardim*

> "A questão do laço social como modo de tratamento do mal-estar na cultura é essencial para a psicanálise. A experiência psicanalítica nos ensinou que o sujeito, enredado em suas estratégias mortíferas de recuperação do essencialmente perdido, encontra na ordem do discurso a via possível para atravessar a vida. Por isso mesmo, Freud nunca confinou a psicanálise numa relação entre dois. Concebendo a sexualidade e a pulsão como essencialmente atravessadas pelo social, tratou da cultura, da história, da política, da arte e da religião a partir da psicanálise (...). Lacan, por sua vez, situando a psicanálise como inseparável do campo da fala e da linguagem, indica que no mais substancial de seus fundamentos a psicanálise é um laço social. Uma práxis apoiada numa ética que nos ata enquanto sujeitos, não à elaboração conceitual diletante, mas a um laço específico com o Outro, com o significante e com a perda. Em uma palavra: ao real."[1]

INTRODUÇÃO

Um dos desafios do campo da saúde mental e trabalho é a conjugação entre a dimensão social do processo saúde e doença e a singularidade da clínica. Como responsabilizar a organização do trabalho, uma empresa, por exemplo, por uma dor, um sofrimento, um mal-estar, uma perda, uma morte absolutamente singular?

Em 2001 a questão acima foi formulada em artigo intitulado "Ética e saúde mental do trabalhador: a legitimidade do transtorno de estresse pós-

---

* *Médica psiquiatra da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; doutora em Psiquiatria pela UFRJ; responsável técnica pelo Programa de Saúde Mental da Divisão de Saúde do Trabalhador – DVST/UFRJ.*

1 COSTA-MOURA, Fernanda. *Psicanálise e laço social*. Apresentação. (Org.). Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 7.

traumático relacionado ao trabalho"[2]. Na ocasião, respondia que "a dor é de cada trabalhador e somente cada um pode responder por ela. Por sua vez, a responsabilidade social, de fato, se refere ao que é necessariamente comum no trabalho: as relações de trabalho, os vínculos empregatícios, o projeto de uma instituição, a divisão das ações, os compromissos e os valores culturais. Eticamente, então, cabe à organização do trabalho em suas formas jurídicas responder não pela dor, mas pelos danos causados, assumir parte na perda sofrida" (p. 77-78).

Notava, ainda, que uma observação frequente – uma década depois continua válida – na clínica em saúde mental dos trabalhadores é que as queixas e as demandas por benefícios da previdência social ou compensações cíveis muitas vezes não são em relação ao dano propriamente sofrido, mas à ausência ou precariedade de apoio, à falta de compromisso por parte da organização em cujo contexto ocorreu a situação traumática e/ou adoecedora. A reclamação se dá mais pela ruptura do contrato social do que pelo evento traumático referido na ação. A ética reivindicada, então, é a que encara cada caso como obrigando a repensar toda a organização implicada na realização do trabalho em que os eventos adoecedores ocorrem.

A década passada, primeira do século XXI, no que se refere ao mundo do trabalho, se caracterizou pelo prosseguimento de encaminhamentos nas relações de trabalho, iniciados no final do século anterior, em direção a cada vez menos estabilidade dos vínculos empregatícios, cada vez maior precariedade com um processo de flexibilidade dos postos e das relações de trabalho, culminando em um processo geral extremamente marcado pela terceirização do trabalho.[3] Cada vez menos "trabalhadores" transformados em "colaboradores" e cada vez menos "capitalistas" encarnados em pessoas, fábricas e empresas com história, tradição e nome a zelar e transmitir. O capital e sua forma real, a mercadoria, por sua vez, impera em nossas vidas cotidianas ao redor do globo. A globalização significa exatamente isso: ausência de fronteiras para o capitalismo e seu *modus vivendi*.

---

2 JARDIM, Silvia. Ética e saúde mental do trabalhador: a legitimidade do transtorno de estresse pós-traumático relacionado ao trabalho. In: TALVANE DE MORAES (Org.). *Ética e Psiquiatria Forense*. Rio de Janeiro: IPUB/CUCA, 2001. p. 57-84.

3 A definição terceirização "tem sido usada para descrever um fenômeno específico, em que uma empresa se serve de trabalhadores alheios – como se inserisse outra dentro de si" (p. 54). VIANA, Márcio Túlio; DELGADO, Gabriela Neves; AMORIM, Helder Santos. Terceirização – Aspectos gerais. A última decisão do STF e a Súmula nº 331 do TST. Novos Enfoques. In: *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, Brasília, vol. 77, n. 1, jan./mar. 2001, p. 54-84.

No mesmo artigo é assumido que "a terceirização é o retrato em miniatura de um movimento mais complessivo do sistema no sentido de excluir muito mais do que incluir" (p. 54).

Não por acaso, certamente, a questão da responsabilidade social das empresas vem ganhando vulto a partir da segunda metade do século XX e cada vez mais no início do século XXI: "Quem é que vai tomar conta do bem comum?", diz Dayse Coelho de Almeida, é a pergunta do "guru" da administração moderna[4]. Entretanto, como articular o sofrimento humano, em suas formas mais ou menos adoecidas, ao que se passa no social, na cultura? Para avançar nesse entendimento vou recorrer a duas noções que não são específicas do campo da saúde mental, nem da saúde do trabalhador, mas que são fundamentais para o escopo deste ensaio e que em si já tocam, também, o campo do Direito, sendo essas noções: "ética" e "laço social".

Assim, o objetivo é retomar a questão do laço social, implicado na organização do trabalho no capitalismo, e pensar os paradoxos e possibilidades, ou não, de limites e intervenções a partir da prática clínica em saúde mental dos trabalhadores[5].

O CAMPO DA SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Segundo Francisco Lacaz[6], a Saúde do Trabalhador vem se constituindo como um campo de saberes e práticas no Brasil a partir das formulações que surgiram e se desenvolveram desde a década de 70, particularmente com a inclusão das ciências sociais na interpretação das relações saúde/doença e trabalho, em acordo com as contribuições da chamada "Medicina Social Latino-Americana" e da "Saúde Coletiva" no âmbito das elaborações do campo teórico-abstrato "Saúde e Trabalho".

Seguindo o mesmo autor acima, a Saúde do Trabalhador seria, então, uma *démarche* caracterizada fundamentalmente por: 1) introduzir na discussão sobre a determinação social do processo saúde/doença a importância do *trabalho* para o estudo dessa determinação, incorporando especificamente a ideia de *processo de trabalho* como uma categoria explicativa que se inscreveria nas relações sociais de produção existentes entre o capital e o trabalho; 2) incorporação da ideia de *trabalhador*, colocando-a numa perspectiva de interação entre o biológico e o psíquico, constituindo um nexo indissociável; 3) enquanto uma "atividade abstrata", ser elaborada por grupos de pesquisadores multiprofissionais (saúde, ciências sociais, antropologia, filosofia), tendo por objeto as

---

4 ALMEIDA, Dayse Coelho. *Responsabilidade social*: um possível subsídio para aplicação dos direitos trabalhistas. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1007>. Acesso em: 29 ago. 2012, p. 3.

5 JARDIM, Silvia Rodrigues; SILVA FILHO, João Ferreira. Profissão: identificação e projeto. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 6(1/2):101-119, 1996.

6 LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

relações capital/trabalho, trabalho/saúde e sociedade/classes/saúde, utilizando como instrumentos e métodos abordagem teórica e conceitual transdisciplinar e que dota técnicas analíticas das diferentes disciplinas do conhecimento; 4) ter como "agente" as equipes de saúde (várias profissões de especializações diversas) e "agentes de saúde" os próprios trabalhadores, colocando a técnica a serviço destes; 5) adotar como instrumentos e meios uma abordagem de saúde coletiva, empírico-conceitual, clínico-epidemiológica e de planejamento, engenharia, ciências sociais e políticas (p. 22-25).

Por sua vez, Edith Seligmann-Silva[7] (1994) define o campo da "Saúde Mental do Trabalho" (SMT)[8] como emergindo do campo de estudo da produção social dos distúrbios mentais e salientando três dimensões desse campo: a *interdisciplinaridade*, a *centralidade do trabalho,* como objeto de análise, e a *ética* na pesquisa e nas práticas em saúde, conforme a própria autora:

> "O estudo das conexões saúde mental e trabalho não é novo. Entretanto, os desenvolvimentos teóricos e metodológicos sobre o tema, bem como a nitidez cada vez maior dos seus significados políticos, econômicos e socioculturais, assumem tal intensidade e abrangência que se torna possível falar de surgimento de um novo campo de estudo marcado pela *interdisciplinaridade*. Neste campo, passam a ser examinados os processos Saúde/Doença vinculados, em suas determinações ou desenvolvimentos, à *vida laboral*, através de uma ótica profundamente distinta das anteriormente adotadas, tanto pelo enriquecimento dos eixos de análise quanto pela fixação de uma perspectiva em que as finalidades das investigações assumem *diretrizes éticas*. O que significa que princípios que ultrapassam a busca da produtividade são adotados, na medida em que os estudos se voltam para identificar todos os aspectos 'adoecedores', inclusive aqueles que possam estar servindo simultaneamente aos interesses da produção." (p. 50, grifos adicionados)

A CENTRALIDADE DO TRABALHO: UMA HISTÓRIA QUE NÃO CESSA DE ACONTECER

Para entendermos a centralidade do trabalho na nossa história, portanto, no nosso passado e no nosso presente, vou partir de uma situação que muito

---

7 SELIGMANN-SILVA, Edith. *O desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1994.

8 Mais recentemente a mesma autora atualizou essa definição em da "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho" (SMRT) em seu livro *Trabalho e Desgaste Mental*: o direito de ser dono de si mesmo. SELIGMANN-SILVA, Edith. São Paulo: Cortez, 2011.

me marcou. Em abril de 1998, já psiquiatra da UFRJ, fui chamada ao então Centro de Manutenção da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro. O Metrô carioca havia sido concedido para exploração de suas linhas, por vinte anos, a uma empresa portenha. Encontrei a seguinte cena: a frase "Aqui jaz a categoria" escrita a caneta esferográfica, numa folha amarfanhada e espetada em uma cruz de gravetos, que, por sua vez, se equilibrava em uma montanha de papéis, caixas e pastas desalojadas de gavetas, arquivos e armários de vários departamentos administrativos, incluindo o Serviço de Psicologia, o Serviço Médico e o Serviço Social.

Chamada ali como psiquiatra que fui do Metrô no período de 1990 a 1992, pude testemunhar o avesso daquilo que havia observado e descrito na pesquisa para a tese de doutorado defendida em 1994: as marcas subjetivas da construção de uma categoria profissional[9].

O Metrô carioca, que em 1982 havia começado a operar suas linhas, agonizava em crise no início da década de 90 e no final dessa mesma década não morria, mas enterrava a sua "categoria". A palavra "categoria", à qual até o momento da cena descrita não tinha dado muita atenção, passou a figurar como extremamente representativa nas minhas reflexões sobre todo o processo de tornar-se profissional no Metrô carioca e deixar de sê-lo em apenas uma década e meia: quanta rapidez; quanta modernidade; quantos destinos partidos; quanta dor psíquica!

Entretanto, os números e a descrição desses movimentos inevitáveis rumo ao fim das "categorias" vinham cada vez mais aparecendo na literatura, especialmente na sociologia.

Em 1996, na França, 1997, no Brasil, "O Horror Econômico", de Viviane Forrester, denunciava o "engodo magistral" da obrigação de todos procurarem um trabalho/emprego que, necessariamente, não existe. Ficando o trágico, segundo a autora, demarcado pelo fato inarredável dessa busca inacessível se confundir com o próprio destino de milhões de pessoas[10].

Já em 1995, na França, 1998, no Brasil, Robert Castel[11] publicava sua pesquisa documental rigorosa, demonstrando que a obrigatoriedade de procurar e aceitar qualquer emprego e salário, sendo essa também a única e desejável justificativa para o trânsito dos despossuídos entre os povoados e as cidades,

---

9 JARDIM, Silvia Rodrigues. Processo de trabalho e sofrimento psíquico: o caso dos pilotos do Metrô carioca. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Instituto de Psiquiatria – IPUB/UFRJ, 1994.

10 FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.

11 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

data dos éditos reais da Inglaterra, França e Portugal da segunda metade do século XIV, e cujo exemplo principal é o chamado Estatuto dos Trabalhadores (*Statum serventibus, Statute of Labourers*) promulgado por Eduardo III da Inglaterra em 1349. Para Castel, na Europa do século XIV, a "desconversão da sociedade feudal" produz uma "mobilidade incontrolável" em que "massas de coitados fazem a experiência negativa da liberdade de escapar às inscrições tradicionais" (p. 112). Surgiam há 600 anos os primeiros "supranumerários", que para Castel são os ancestrais dos atuais por homologia de posição, não por identidade de condição: "aqueles que não têm nenhum lugar determinado na estrutura social nem em seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, nem sequer o que faz dos indigentes assistidos uma clientela integrada" (p. 96).

Pierre Bourdieu, com "A Miséria do Mundo"[12], voltou no final da década de 90 a se debater em pesquisas que demonstraram com exemplos mais ou menos focais a derrocada de mundos na passagem de estilos tradicionais para a modernidade, adentrando com suas descrições filmadoras bairros de periferia, condomínios de imigrantes, casas de desempregados e acabando por afirmar em uma intervenção nos "Encontros Europeus contra a Precariedade", em Grenoble, em dezembro de 1997, e publicada em "Contrafogos"[13] (p. 122), que, paradoxalmente, seu livro mais antigo (1977) – *Travail et Travailleurs en Algérie* –, que no Brasil recebeu o título de "O Desencantamento do Mundo"[14], seria o mais atual ao demonstrar que para conceber um projeto, isto é, uma ambição raciocinada de transformar o presente por referência a um futuro projetado (o cálculo), é preciso um mínimo de domínio sobre o presente e que essa forma de domínio do tempo, característica do modo de produção capitalista, necessita de gerações para se constituir.

Por fim, mas não por último, Eric Hobsbawm[15] nos ofereceu alguns números: "Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960" (p. 283).

No início da década de 1980, nenhum país a oeste das fronteiras da "cortina de ferro" tinha mais de 10% de sua população na atividade agrícola, com exceção da República da Irlanda (um pouco acima desse número), Espanha (14,5%) e Portugal (17,5%). Considera ainda mais extraordinário o fato de a população agrícola também ter declinado vertiginosamente em países onde

12 BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

13 BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

14 BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

15 HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*: o breve século XX (1914 – 1991). Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

não houve a rápida industrialização antecipadora da morte do campesinato nos países desenvolvidos: no Brasil, a porcentagem de camponeses foi reduzida à metade em 20 anos (1960-1980). Em 1970 não havia na América Latina – fora dos miniestados da tripa de terra centro-americana e do Haiti – um único país onde os camponeses não fossem minoria. A situação era semelhante nos países do islã ocidental.

Hobsbawm precisa mais a afirmação, demonstrando a confirmação da previsão de Karl Marx de que os camponeses se extinguiriam:

> "A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato. Pois desde a era neolítica a maioria dos seres humanos vivia da terra e seu gado ou recorria ao mar para a pesca. Com exceção da Grã-Bretanha, camponeses e agricultores continuaram sendo uma parte maciça da população empregada, mesmo em países industrializados, até bem adiantado o século XX. (...) Afinal, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, só havia um país industrial, além da Grã-Bretanha, onde a agricultura e a pesca empregavam menos de 20% da população, a Bélgica. Mesmo na Alemanha e nos EUA, as maiores economias industriais, a população agrícola, apesar de estar de fato em declínio constante, ainda equivalia mais ou menos a um quarto dos habitantes; na França, Suécia e Áustria, ainda estava entre 35% e 40%. Quanto aos países agrários atrasados – digamos, na Europa, a Bulgária e a Romênia –, cerca de quatro em cada cinco habitantes trabalhavam na terra." (p. 284)

Essa abrangente, mas tosca, digressão histórica e sociológica deixa a impressão de que a ruptura com a tradição e entrada na modernidade capitalista é um fenômeno que não cessa de acontecer desde a baixa Idade Média. Alegoricamente, pode-se dizer que colocada em movimento, essa máquina de desconversão social não deixou de operar ao longo de seis séculos pelos quatro cantos do mundo, aumentando, por fim, sua velocidade. E mais ainda, que continua a operar dentro do próprio sistema capitalista, atualizando-o sempre.

Em 1998, Richard Sennett voltou a abordar questões sobre trabalho e caráter que, segundo ele mesmo, havia abordado vinte e cinco anos antes num livro que escreveu junto com Jonathan Cobb sobre americanos da classe operária: "Os males ocultos do sistema de classe"[16]. Volta a falar da classe trabalhadora

16 SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

para traçar ensaisticamente os efeitos do que chama "novo capitalismo". Não trata mais de males ocultos, mas de "A corrosão do caráter", caráter entendido como "o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com o mundo" (p. 10). O encontro com esse título do livro de Sennett trouxe-me imediatamente à lembrança a frase inscrita no Metrô carioca: "Aqui jaz a categoria". Era exatamente para isso que aquela frase apontava: a corrosão da categoria, do caráter, do valor de um grupo de trabalhadores organizados, corrosão essa metaforizada pela insígnia da morte.

Sennett analisou, nessa obra, a reinvenção descontínua de instituições conhecidas como reengenharia/reestruturação produtiva como produzindo uma descontinuidade entre o presente e o passado através da mudança flexível que ataca a rotina burocrática, com a hierarquia piramidal fordista sendo substituída por redes horizontais flexíveis (desagregação vertical). A operação pode ser feita através de programas de computador que identificam rapidamente as células pouco produtivas ou ineficientes, orientando a remoção de camadas (*delayering*) e oferecendo a um número menor de administradores controle sobre um número maior de subordinados, e conferindo aos membros de uma ilha múltiplas tarefas a cumprir, sobrepondo-as, sendo o fato mais destacado dessa estratégia a redução de empregos como efeito do "enxugamento" (*downsizing*).

A especialização flexível enfatiza a inovação em resposta à demanda do mercado, mudando-se as tarefas que os operários têm que fazer semanal ou até diariamente. Sennett pergunta: "Haverá limites para até onde as pessoas são obrigadas a dobrar-se?" (p. 61).

A chamada cultura ocidental moderna tem se organizado em torno do trabalho, ou seja, da produção de objetos (mercadorias) como valor mediador das trocas sociais, a ponto de o trabalho se tornar um ideal, um gosto, uma vocação, uma nobreza, "ser trabalhador", "ser profissional". "Ser trabalhador" torna-se para nós uma marca, uma insígnia. Ou, "querer trabalhar", um destino. Ou seja, o trabalho não é natural e está articulado aos nossos regozijos e nossas mazelas, à nossa economia psíquica. Entretanto, como vimos acima, essas marcas e esse querer são forjados em um torno que inclui a falta de trabalho para todos os que estão obrigados a trabalhar e inclui uma perda de valor na produção do próprio valor das mercadorias e dos homens, como será apresentado no item "a centralidade do trabalho na economia e na psicanálise". As mudanças na organização do trabalho que vêm acontecendo nas últimas décadas no mundo do trabalho não são uma alteração na estrutura do modo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo em que expandem, esgarçam o laço social

que o sustenta[17]. Haverá limite para esse processo que parece disparado, sem controle, acéfalo?

Volta-se a esse ponto para concluir, apontando para a questão da responsabilidade social que cabe a cada um como cidadão e sujeito e a todos os organismos e instâncias sociais, incluídos os governos e as empresas de que ordem forem, inclusive as anônimas e as terceiras.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Segundo Leny Sato e Márcia Hespanhol Bernardo[18], é inegável o aumento da produção técnico-científica na área da Saúde Mental e Trabalho nas últimas décadas, oferecendo elementos no sentido de fortalecer os argumentos e socializar o debate acerca da importante participação das condições e da organização do trabalho na vivência dos problemas de saúde/doença mental. As mesmas autoras, entretanto, enfatizam que as recentes e profundas mudanças na realidade de trabalho têm tido papel fundamental na conformação de um contexto pouco favorável à explicitação dos problemas de saúde mental e trabalho.

O campo da Saúde Mental e Trabalho, segundo as mesmas autoras, foi conformado pelo problema do desemprego, explicitando os efeitos deletérios para a saúde daqueles que não conseguem inserção no mercado de trabalho. Mas os que trabalham não deixam de sofrer com a pressão do desemprego, que aparece como "fantasma" sempre presente, acirrando a competição por vagas. Além disso, a vigência do chamado "discurso da competência" que se caracteriza por depositar nos indivíduos toda a responsabilidade, especialmente pelos erros, pelas doenças ou acidentes, posto que a exigência é a de sua adequação ao que o mercado demanda deles, impõe aos trabalhadores cargas permanentes de mais pressão (p. 875).

Outro aspecto importante salientado pelas pesquisadoras Sato e Bernardo é a transformação do que era um direito, trabalhar sob a regulamentação da CLT ou sob o regime dos servidores públicos, em privilégio: "aquele que tem a 'carteira de trabalho' assinada é um privilegiado" (p. 876). Apontam ainda como consequência do enfraquecimento na mobilização dos trabalhadores, desde o avanço das políticas neoliberais na década de 1990, não ter outra opção que a

17 JARDIM, Silvia. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, 36(123): 84-92, 2011.

18 SATO, Leny; BERNARDO, Márcia Hespanhol. Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 869-878, 2005.

submissão a tais condições de trabalho apesar de ter condições de reconhecer as situações de risco para a saúde.

Dentro do mesmo tema, o psicanalista francês Charles Melman[19], a partir da sua prática, diz:

> "Mas se o valor está do lado do escravo, inclusive o saber, o mestre tem algum valor? Há vários tipos de mestre. (...) O mestre capitalista é muito diferente, ele zomba da dignidade humana, ele não precisa mais dela para ser um mestre, basta-lhe ter acumulado todos esses objetos que constituem o capital. Por que é que o escravo lhe obedece? Porque ele precisa viver! Eu insisto aí também, que escolha? O que é que ele pode inventar?" (p. 361)

Sato e Bernardo concluem que o contexto atual no campo da Saúde Mental e Trabalho congrega duas tendências opostas: de um lado, a existência de conhecimentos acumulados sobre o tema, e, do outro, a hipertrofia do discurso da culpabilização da vítima, ou seja, o trabalhador enquanto indivíduo arcando com todas os custos e todas as perdas envolvidas no laço produtivo, inclusive quando adoece, se acidenta ou não consegue ou perde o emprego.

Concordaria, então, com Castel (p. 96), que aponta essa homologia de posições entre os supranumerários da segunda metade do século XIV e os de hoje: a obrigação moral, social, econômica ao trabalho e a escassez desse bem enquanto espaço, enquanto lugar de produção de valor. É como se tivéssemos andado para trás na história, e ressaltando a reconversão do "direito ao trabalho" novamente em pura obrigação, e, portanto, uma forma assalariada de servidão para aqueles que, como define Ricardo Antunes, são a "classe-que-vive-do-trabalho"[20], a maior e gigantesca classe de bilhões de pessoas que habita o planeta.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA ECONOMIA E NA PSICANÁLISE

Se para a Saúde do Trabalhador, conforme vimos com Lacaz, e para a Saúde Mental e Trabalho, conforme vimos com Seligmann-Silva, o trabalho é uma categoria central para o estudo da determinação sócio-histórica do adoecimento, cabe retomar como o trabalho pode ser central na economia psíquica a ponto de estar associado à nossa saúde e à nossa doença, ao nosso bem-estar e à nossa desgraça.

---

19 MELMAN, Charles. O público e o privado (Conferência proferida na Universidade de Bogotá, em 21 de fevereiro de 2002). In: *Para introduzir à psicanálise nos dias de hoje*. Porto Alegre: CMC, 2009.

20 ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

Em seu Seminário nos anos de 1968 a 1969, intitulado "De um Outro ao outro", Jacques Lacan[21] afirma que foi necessária a absolutização do mercado, chegando a englobar o próprio trabalho como mercadoria para que a *mais-valia* aparecesse no discurso como esse trabalho não remunerado, embora pago de acordo com a consistência do mercado. Ou seja, a mesma economia que produz a mercadoria, o capital e o trabalho como mercadoria.

Para a psicanálise com Lacan há uma homologia entre o campo da economia do modo de produção e o campo da economia psíquica. Fernanda Costa-Moura e Francisco Leonel Fernandes[22] citam Karl Marx para definir a realidade do valor de uma mercadoria: "Vire-se, revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa valor se mantém imperceptível aos sentidos" (p. 3). Baseando-se em Marx, Freud e Lacan analisam que uma vez que qualquer apetite humano ou qualquer carência humana, seja de que ordem for, implica imediatamente um laço com outros homens, o valor das mercadorias é apenas social. Assim, segundo os autores, Marx definiu o capital como uma relação social e Lacan chama a isso "laço social": "A mais-valia é simultaneamente o que o capitalismo produz e o que o move, o que o causa, como diz Lacan" (p. 57). A nossa economia psíquica também é alicerçada na produção de uma *mais-valia*, de uma perda não remunerada que nos impulsiona para a busca de um objeto perdido. Hoje em dia, vivemos numa economia de excessos: consumimos e acumulamos e queremos sempre mais.

Ainda, segundo Costa-Moura e Fernandes: "No capitalismo, vários fatores (entre os quais o avanço tecnológico se destaca como o mais evidente) ancoram, no progresso do consumo, uma promessa de infinitude de gozo que aboliria o sujeito e as injunções que lhe dão lugar. Enlaçado à dialética aparente entre oferta e demanda que traz no horizonte a promessa de um gozo sem limites, o capitalismo não admite outro entrave à função de troca, a não ser a posse de um bem. Esta é a promessa do consumo: um gozo que só se detém diante do preço" (p. 68).

Então, a acumulação desses objetos, na sua forma de capital ou de coleções mais ou menos descartáveis, prepondera em importância à própria troca social que as sustenta. Os sujeitos, na qualidade de trabalhadores, mesmo que motores da produção, tornam-se, muitas vezes, absolutamente descartáveis, como vemos nos processos de enxugamento das empresas, reengenharia da or-

---

21 LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 16*: de um Outro ao outro (1968-69). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

22 COSTA-MOURA, Fernanda; FERNANDES, Francisco Leonel. A psicanálise existe? Considerações sobre o materialismo da psicanálise. In: LO BIANCO, Anna Carolina (Org.). *A materialidade da psicanálise*, (49-77). Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

ganização do trabalho e nas terceirizações. E se a centralidade do trabalho tanto na economia política de Marx quanto na psicanálise de Freud e Lacan dá conta de como nos constituímos como mercadorias e consumidores de mercadorias, alimentando o acúmulo de *mais-valia*, não nos garante o limite do processo.

Segundo Costa-Moura e Fernandes: "O empenho de Lacan para levar em consideração os aspectos envolvidos na produção incessante do gozo – empenho no qual o 'retorno a Marx' tem papel proeminente – abre a via para que *o gozo* seja considerado não apenas um problema psicológico, individual, patológico, como também uma variável interna ao processo econômico" (p. 70-71, grifos adicionados).

"UM LIMITE E NÃO UMA LIBERDADE"[23]: RESPONSABILIDADE SOCIAL?

A questão do excesso de resíduos aliados à produção e ao consumo indiscriminado de mercadorias, ameaçando a própria sobrevivência do planeta no que se refere à chamada Natureza, fica cada vez mais evidente e começa a ser enfrentada com políticas de gestão ambiental que responsabilizam o fabricante/importador e os gestores no sentido de arcar com o ônus dos danos ao meio ambiente. Por sua vez, a responsabilização das empresas, no sentido de arcar com o ônus da precarização da "classe-que-vive-do-trabalho", não está tão na ordem do dia.

Nas palavras de Ricardo Antunes: "Os bolsões de pobreza no coração do 'Primeiro Mundo', as explosivas taxas de desemprego estrutural, a eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado centralmente para a criação de valores de troca, as formas intensificadas de precarização do trabalho são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras que obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido para o ser que trabalha. Isso para não falar do Terceiro Mundo, onde se encontram 2/3 da força humana que trabalha em condições ainda muito mais precarizadas" (p. 193).

Se as imagens da bela Natureza devastada pela poluição, pelo desmatamento e pelos vazamentos de óleo nos mares rendem tocantes documentários, a devastação empreendida pela desconversão social e o desgaste das classes trabalhadoras é menos evidente a olho nu. Não por acaso, como foi discutido

23 Expressão usada por Fernanda Costa-Moura e Francisco Leonel Fernandes (*Idem*: 72) ao defenderem a proposição da psicanálise como a da injunção posta para o sujeito a tomar lugar na matéria significante de que ele é dependente.

acima, posto que somos constituídos e dependentes do lugar que a economia nos reserva. Talvez até porque nos toque mais de perto ainda: não se trata de aves indefesas, mas de homens, mulheres e crianças como todos nós.

Nesse aspecto também é mais difícil responsabilizar os "fabricantes". A ponta do laço social formalizada como capital é acéfala, anônima e cada vez mais terceira. Como chamá-lo pelo nome? Como responsabilizá-lo pela sua parte alienada e perdida nesse ônus?

Um extrato de relatório médico-psiquiátrico, assinado por mim, de um paciente atendido há oito anos pela equipe do Polo de Atenção à Saúde Mental dos Trabalhadores no Instituto de Psiquiatria – IPUB da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, talvez auxilie a situar, a partir da clínica, o desgaste de que se trata.

> "O paciente acima identificado encontra-se em tratamento neste serviço desde setembro de 2004 com quadro caracterizado por humor triste, falta de prazer nas atividades, fadiga importante, falta de concentração, angústia, ansiedade, sintomas somáticos (tonteiras, falta de ar, dor no peito e especialmente dores no corpo, perda de apetite e de peso e insônia. Há forte associação temporal do início do quadro depressivo grave com profundas alterações no ambiente de trabalho a partir de 1998 (*houve a compra do banco onde trabalhava por outro banco*), especialmente a sobrecarga e más condições organizacionais para o cumprimento das tarefas, ameaça de perda de emprego e desacordo com colegas e chefias, levando a reações de distanciamento/evitação de questões relativas ao trabalho, cansaço importante, incapacidade de realizar atividades laborativas e sentimentos profundos de perda de realização pessoal e profissional, chegando na época a ficar agressivo e ameaçador para com outras pessoas e com ideias autoagressivas.
>
> *Contrastando com uma história de trabalho iniciada aos 12 anos de idade com várias ocupações, passando por uma ano de serviço militar e início de trabalho formal aos 20 anos de idade na empresa bancária à qual de certa forma ainda está ligado, pois não foi demitido, tendo nela trabalhado por 19 anos de forma extremamente dedicada, há o quadro atual como sequela de grave quadro mental de evolução crônica*.
>
> Conforme suas palavras há um mês: 'Quando vim para cá eu estava morto, pensava em acabar com a minha vida, saía pela rua, tinha apagões, ficava agressivo. Vim parar aqui por causa disso, queria morrer e achava que ia morrer, ficava agressivo, tremia, tinha enjoo (...) muita

dor de cabeça, pesadelos. Não conseguia rir, só chorar, não dormia nem de dia nem de noite. Tinha que ficar de luz acesa porque achava que estava sem respiração'.

Permanecem como queixas atuais o desânimo, a irritabilidade, as dores e o 'medo de sair do ar'. Desenvolveu hipertensão arterial sistêmica (aos 39 anos) quando ainda estava trabalhando e quadro grave de LER/DORT. Atualmente está com indicação cirúrgica para o ombro. Segue também acompanhamento clínico-cardiológico.

Ao longo destes anos, além do uso de medicações antidepressivas e ansiolíticas, esteve em psicoterapia individual no mesmo serviço. Há um ano segue semanalmente em uma oficina de arte-terapia, o que tem ajudado a melhorar a qualidade de vida do paciente.

Passados 8 anos de tratamento, o aspecto do quadro psíquico que mais chama a atenção, além dos sintomas crônicos descritos acima, é um apagamento, um quadro defectivo e de sequelas psíquicas e físicas." (grifos adicionados)

O nosso paciente segue pagando com seu trabalho no tratamento pela recuperação de sua vida. Qualquer quantia que possa ser cobrada ao banco por esse ônus, que é do sujeito, não paga este a vida ou a saúde. A partir de toda a discussão empreendida acima, entretanto, a dívida do capital, da organização do trabalho, da empresa, da própria organização social, do Estado também, não deve deixar de ser imputada e cobrada. Não tanto como programa moral, mas como insígnia de limite ao gozo que, se acossa todos nós, depende da submissão à barra simbólica da lei, como lei da linguagem, a mesma que faz laço social – que nos põe para trabalhar, que alimenta nossos ideais –, para se ter (o gozo) limitado. Aí está a ética em questão no trabalho que se quer livre, porém, para todos, como a lei, que deve valer, e só vale, se for para todos.